
***Banco Cooperativo
do Brasil S.A. -
Bancoob***

***Demonstrações contábeis
consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



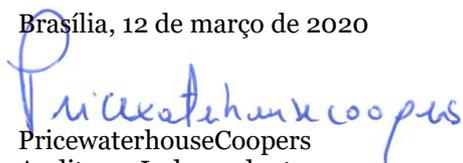
Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

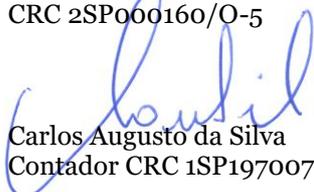
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 12 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

The image shows a modern building with a glass facade and a prominent 'SICOOB' logo on the upper right. The building is surrounded by tropical landscaping, including palm trees and other greenery. The overall scene is dimly lit, suggesting dusk or dawn.

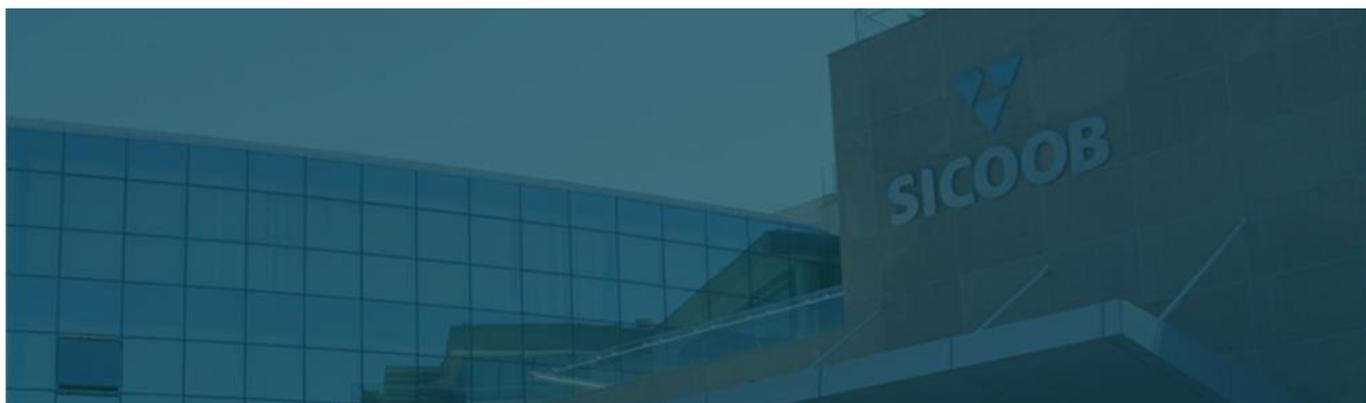
SICOOB

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Banco Cooperativo do Brasil S.A - Bancoob

| 31 de Dezembro de 2019 e 2018

 **BANCOOB**



Índice

Relatório da Administração	5
Balanço patrimonial consolidado em IFRS	11
Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS	13
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS	14
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS	15
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	16
Nota 1 - Contexto operacional	16
Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	16
Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos	18
Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis	19
Nota 5 - Receitas líquidas com juros	31
Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões	32
Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais	32
Nota 8 - Despesas com pessoal	32
Nota 9 - Outras despesas administrativas	33
Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa	33
Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central	33
Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado	33
Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros	37
Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	39
Nota 15 - Outros ativos	39
Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	40
Nota 17 - Investimentos	41
Nota 18 - Imobilizado	42
Nota 19 - Intangível	42
Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado	43
Nota 21 - Outros passivos	44
Nota 22 - Garantias financeiras prestadas	44
Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais	45
Nota 24 - Patrimônio líquido	46
Nota 25 - Transações com partes relacionadas	47
Nota 26 - Outras informações	48
Nota 27 - Gerenciamento de riscos financeiros	49
Nota 28 - Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital	59
Resumo do relatório do comitê de auditoria	61
Parecer do conselho fiscal	63
Composição dos órgãos de administração	64

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

Cenário Macroeconômico

Com um início de ano marcado por um desempenho pouco dinâmico, em meio a ruídos políticos e incertezas quanto ao avanço da agenda de reformas, a economia brasileira retomou o crescimento ao longo de 2019. O expansionismo monetário, que contou com novas reduções da taxa de juros durante o ano, e a expectativa – posteriormente confirmada – de aprovação da reforma da previdência contribuíram com a retomada da expansão a partir do segundo trimestre do ano.

Nos três primeiros trimestres de 2019 o PIB apresentou alta de 1,0% na comparação com o mesmo período de 2018.

Pelo lado da oferta, o destaque no acumulado até o 3º trimestre foi a agropecuária, que cresceu 1,4% ante o ano anterior. Porém, diante do maior peso, a expansão de 1,1% do setor de serviços foi crucial para a performance do período.

Do lado da demanda, os destaques positivos nos três primeiros trimestres de 2019 ficaram para a formação bruta de capital fixo (+3,1%) e o consumo das famílias (+1,8%), números que reforçam a leitura de retomada impulsionada pelos investimentos e consumo privado. Por outro lado, o consumo do governo recuou 0,7% no período, em meio à necessária contenção do gasto público. Já o setor externo contribuiu negativamente com a demanda, diante da elevação de 1,6% nas importações e da queda de 2,0% das exportações.

A agropecuária trouxe notícias positivas em 2019. Considerando os dados do PIB, o setor apresentou crescimento de 1,4% até o 3º trimestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (publicado pelo IBGE), houve uma queda de 3,7% na produção da soja, para 113,5 milhões de toneladas, redução compensada pelo forte crescimento (+23,6%) na produção de milho, que alcançou recorde de 100,6 milhões de toneladas.

O consumo das famílias retomou um avanço moderado ao longo do ano, de acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE). No acumulado entre janeiro e novembro, as vendas no varejo restrito cresceram 1,7% em termos reais na comparação com o mesmo período do ano anterior. No caso do varejo ampliado, a alta no período foi de 3,8%, favorecida pela expansão das vendas de veículos no período (+10,1%) e de materiais de construção (+4,2%). O comportamento da confiança dos consumidores, por sua vez, ilustrou uma postura ainda cautelosa em boa parte do ano, atingindo em dezembro o maior nível desde fevereiro, com 91,6 pontos.

Enquanto o crédito manteve expansão forte, os ganhos do mercado de trabalho se mostraram moderados. A taxa de desocupação (PNAD Contínua) no último trimestre atingiu 11,0% na série original, abaixo do registrado em dezembro de 2018 (11,6%), totalizando em 94,5 milhões de pessoas ocupadas. Já o contingente de desocupados exibiu um recuo de 520 mil pessoas, atingindo 11,6 milhões. A massa de rendimentos, por sua vez, fechou o último trimestre do ano com expansão real de 2,5%, comportamento que fornece suporte ao avanço paulatino do consumo.

O mercado de crédito continuou fornecendo notícias positivas, em meio ao quadro de redução adicional dos juros e gradual melhora da demanda interna. No ano, as concessões de crédito com recursos livres sustentaram um bom ritmo de crescimento real, de 11,1% para pessoas físicas e 9,6% para pessoas jurídicas, na comparação com 2018. Os índices de inadimplência do crédito bancário também permaneceram em patamares reduzidos. No caso das pessoas físicas, o índice fechou o ano em 5,0%,

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

de 5,8% registrado em dezembro de 2018. A inadimplência PJ, por sua vez, recuou de forma consistente ao longo do ano, atingindo apenas 2,1% em dezembro – mais baixo índice da série histórica.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou o ano de 2019 em 4,3%, em linha com a meta traçada para o ano (4,25%). O resultado veio acima do observado em 2018 (3,7%) e do esperado durante boa parte do ano, sendo que a surpresa foi causada em grande medida pelo choque dos preços das carnes entre novembro e dezembro. Nesse sentido, outros indicadores corroboram a avaliação, como a alta de 3,5% nos preços de serviços. O quadro inflacionário benigno está relacionado ao ainda elevado grau de ociosidade da economia e à percepção de boa gestão macroeconômica, o que mantém as expectativas futuras de inflação ancoradas às metas.

Neste contexto de inflação controlada e recuperação lenta da atividade, o Banco Central retomou o processo de redução da taxa de juros. Nos quatro encontros ocorridos no segundo semestre, o Copom promoveu corte de 2 pontos percentuais na taxa básica, levando-a ao patamar inédito de 4,5% no fechamento de 2019. Em seus comunicados, o comitê alterou gradativamente a leitura sobre o balanço de riscos para a inflação, na direção de menores riscos, diante da elevada ociosidade dos fatores de produção e da melhora do ambiente internacional.

As contas externas entraram em um processo de deterioração, já esperado, diante de uma conjuntura propícia à elevação do déficit em transações correntes, tendo em vista a desaceleração da economia global e a retomada gradual da demanda interna. Em 2019, o déficit em transações correntes alcançou US\$ 50,8 bilhões, ou 2,7% do PIB, ante US\$ 41,1 bilhões registrados em 2018. O principal condicionante do cenário foi a redução do superávit comercial, de US\$ 58,0 bilhões em 2018 para US\$ 46,6 bilhões em 2019, movimento explicado pela redução das exportações em ritmo mais intenso que o observado nas importações.

As contas públicas continuaram em processo de lenta recuperação, muito embora os números permaneçam negativos. O déficit primário do setor público consolidado ficou em R\$ 61,8 bilhões em 2019, ou 0,85% do PIB, valores mais baixos desde 2014. A dívida bruta também forneceu sinais mais favoráveis, com a primeira queda em seis anos do indicador em relação ao PIB, de 76,5% em 2018 para 75,8% no término de 2019.

No cenário internacional, o ano foi marcado por um ambiente apreensivo, em meio aos impactos da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Nos últimos meses do ano, a expectativa de alcance de um acordo comercial entre as partes – posteriormente confirmada – contribuiu com a melhora do ambiente e a consequente estabilização da atividade. Neste contexto, o PIB global deve apontar crescimento próximo a 3,0% em 2019, abaixo da média de 3,6% registrada entre 2014 e 2018.

Na parte final do ano, a melhora de ambiente externo somou-se a sinais mais positivos da recuperação econômica local, o que criou um clima de otimismo para os ativos brasileiros. Em especial para a Bovespa, também favorecida pela queda expressiva dos juros internos e cujo índice fechou 2019 em 115,6 mil pontos, alta de 31,6% no ano. Já a taxa de câmbio enfrentou maiores pressões, afetada negativamente pelos juros baixos e por pré-pagamentos de dívidas corporativas no exterior.

O fechamento de 2019 em R\$ 4,03/US\$ oculta picos próximos a R\$ 4,20/US\$ registrados em alguns momentos do ano, inclusive no início de 2020. De todo modo, foi um ano positivo para o prêmio de risco Brasil, cujo CDS de 5 anos recuou de 207 pontos no final de 2018 para 100 pontos ao término de 2019.

Com a redução das incertezas, especialmente a partir da aprovação da reforma da previdência, a continuidade do avanço da agenda de reformas, o impacto da queda sem precedentes da taxa de juros e a intensificação da agenda de concessões e privatizações, espera-se que o setor privado siga

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

assumindo o espaço deixado pelo setor público, de modo a impulsionar de forma mais intensa a demanda agregada e a atividade econômica.

Bancoob

O Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) é um banco múltiplo, com controle acionário das cooperativas centrais filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), especializado no atendimento às suas cooperativas singulares.

O Banco agrupa em seu conglomerado as empresas Bancoob DTVM, Sicoob Seguradora, Cabal Brasil e Ponta Administradora de Consórcios, e é fundador e patrocinador do Sicoob Previ. Todas essas instituições fazem parte da estrutura sistêmica do Sicoob, que conta também com o Instituto Sicoob, entidade responsável por concentrar e coordenar as atividades de investimento social privado do Sistema.

Atendendo a 397 cooperativas singulares e mais de 4,5 milhões de cooperados do Sicoob, além de um conjunto expressivo de associados e clientes de outros sistemas cooperativos, o Bancoob, como especialista no segmento cooperativo financeiro, atua com o objetivo de consolidar os negócios das cooperativas e tem por foco as necessidades dos cooperados. Oferece produtos e serviços financeiros em convergência aos valores cooperativistas, para proporcionar competitividade ao segmento e entregar produtos com preços justos. Nesse contexto, a cada ano, o Banco vem expandindo o repasse de recursos para as cooperativas e prestando serviços ao menor custo suportado.

Para o cumprimento desse objetivo, em 2019 houve a revisão das condições da campanha de incentivos de repasse de recursos às cooperativas singulares do Sicoob. Esse esforço resultou na remuneração de R\$ 1,38 bilhão, representando aumento de 43,94% em relação à 2018. Como reflexo disso, houve redução concomitante do resultado operacional e do lucro do banco, que encerrou 2019 em R\$ 123,75 milhões. Esse resultado corresponde a 119,61% de rentabilidade média sobre o Patrimônio Líquido, considerando o CDI médio do período.

Enquanto a evolução do saldo total do crédito do Sistema Financeiro Nacional em 2019 foi de 6,53%, as operações de crédito do Bancoob, incluindo os repasses interfinanceiros, apresentaram aumento de 20,67%, totalizando R\$ 18,44 bilhões. Esse desempenho demonstra que o cooperativismo se posiciona de forma a contribuir com o desenvolvimento regional nos territórios onde está presente.

Os depósitos totais da Instituição alcançaram R\$ 37,74 bilhões, valor 6,00% superior ao período anterior; e o saldo de poupança totalizou R\$ 6,51 bilhões, com crescimento de 24,21% em relação ao mesmo período de 2018.

Uma das importantes entregas do ano foi o Vooz, novo produto de cartão de crédito voltado para o público jovem. Com uma proposta totalmente digital, o cartão inovou e ainda surgiu atrelado a um pacote de produtos e serviços específicos para os participantes do Conexão Sicoob – road show de apresentação do cooperativismo financeiro para jovens engajados, normalmente ligados a empresas juniores.

Diante do cenário observado, 2019 mostrou-se um ano de muito esforço diante de desafios esperados.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

Performance

O Bancoob encerrou 2019 com ativos totais consolidados de R\$ 53,86 bilhões, aumento de 7,49% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante consolidado de R\$ 29,08 bilhões em 2019, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 95,26% do total.

b. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

A carteira de crédito e repasses interfinanceiros totalizou R\$ 18,44 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 20,67% em relação a 2018. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 189,38%, e capital de giro, que expandiu de 147,6%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 884 milhões, aumento de 14,03% em relação a 2018.

c. Operações de cartões

O Bancoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2019 com 4,74 milhões de plásticos, dos quais 2,42 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 20% do faturamento total.

O volume de compras no segundo semestre foi de R\$ 21,03 bilhões, significando um crescimento de 31% em relação ao mesmo período de 2018. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 11,55 bilhões.

d. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2019 um crescimento de 9,58% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período de 2018.

A expansão da base contribuiu para um faturamento acumulado de R\$ 49,8 bilhões, o que representa um crescimento de 0,50% em relação ao ano de 2018.

e. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, em 2019, o valor de R\$ 37,74 bilhões, um aumento de 6,00% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob e sistemas parceiros.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 6,51 bilhões, um crescimento de 24,21% em relação ao ano de 2018.

f. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2019 um total de 422.023.362 documentos, número 16,31% superior ao exercício de 2018.

g. Novos convênios

No ano de 2019, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 655 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

a SKY, SEFAZ RS GNRE, SEFAZ RJ GNRE, Sanear ES, Roraima Energia RR, Eletroacre AC, Ultragas, Prefeitura de Guarulhos, Sabesp Guarulhos, Prefeitura de Palmas TO, CP Telecom SC, Manaus Ambiental, SEMAE Rio Quente, Águas de Buritis RO.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2019

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2019 alcançou o montante de R\$ 1,96 bilhão, o que representa um crescimento de 7,03% em relação ao ano anterior.

No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 123,75 milhões, com retorno anualizado de 7,50% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Bancoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	11.082.748	15.599.281
Depósitos compulsórios no Banco Central	11	1.281.858	1.043.455
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	14	56.790	28.885
Títulos e valores mobiliários		24.583	19.710
Cotas de fundos de investimento		22.460	9.158
Outros		9.747	17
Ativos financeiros ao custo amortizado		37.152.389	28.920.143
Empréstimos e recebíveis de clientes	12(a)	18.587.279	15.371.908
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis		(149.591)	(89.380)
Títulos e valores mobiliários	12(d)	17.970.254	12.179.789
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12(d)	754.033	1.462.919
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos e valores mobiliários		(9.586)	(5.093)
Outros ativos	15	3.850.878	4.161.535
Créditos tributários	16 (a)	174.733	110.193
Investimentos	17	83.482	61.287
Imobilizado	18	137.432	140.239
Intangível	19	42.729	44.273
TOTAL DO ATIVO		53.863.039	50.109.291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros ao custo amortizado		44.884.986	41.902.972
Depósitos de clientes	20(a)	37.737.003	35.604.239
Obrigações por operações compromissadas	20(b)	3.938.495	3.288.507
Letras de crédito do agronegócio	20(c)	111.639	220.524
Obrigações por empréstimos e repasses	20(d)	3.089.779	2.789.702
Outros passivos		8.070	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		85	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo		85	-
Passivos fiscais		161.902	247.312
Impostos correntes		133.655	218.774
Impostos diferidos		28.247	28.538
Outros passivos ao custo amortizado		6.858.634	6.130.115
Outras obrigações	21	6.844.540	6.116.711
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	23(a)	14.094	13.404
Patrimônio líquido	24	1.957.432	1.828.892
Capital social		1.742.770	1.525.151
Reservas de capital		51	51
Reservas de lucros		172.831	257.685
Ajuste de avaliação patrimonial		27.271	27.707
Lucros acumulados		4.801	10.078
Participação de não controladores		9.708	8.220
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.863.039	50.109.291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com juros e similares	5	2.886.379	2.733.462
Despesas com juros e similares	5	(2.341.573)	(2.276.553)
Receita líquida com juros		544.806	456.909
Receitas de tarifas e comissões	6	1.272.217	1.191.247
Despesas com tarifas e comissões	6	(154.216)	(125.626)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		1.981	2.510
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros		(71.731)	(12.991)
Resultado de equivalência patrimonial		24.057	9.565
Variações cambiais (líquidas)		(935)	(1.042)
Outras receitas e despesas operacionais	7	(764.295)	(494.202)
Receita líquida operacional		851.884	1.026.370
Despesas operacionais		(665.938)	(594.103)
Despesas com pessoal	8	(212.582)	(178.341)
Despesas gerais e administrativas	9	(286.516)	(246.335)
Despesas tributárias		(153.404)	(156.538)
Depreciações e amortizações		(13.436)	(12.889)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		185.946	432.267
Impostos correntes		(127.030)	(212.934)
Impostos diferidos		64.831	17.697
Lucro líquido do exercício		123.747	237.030
Lucro atribuível à controladora		122.248	236.040
Atribuível às participações de não controladores		1.499	990
Resultado abrangente do exercício		123.747	237.030
Atribuível à controladora		122.248	236.040
Atribuível às participações de não controladores		1.499	990

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.319.242	40.000	-	28.141	45	197.108	2.675	(59)	1.587.152	7.239	1.594.931
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-	-	-	-	236.040	-	236.040	990	237.030
Aumento de capital		205.910	-	-	-	-	-	-	-	205.910	-	205.910
Capital a realizar		-	125.910	(165.910)	-	-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Integralização de capital		-	(165.910)	165.910	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(157.614)	-	-	(157.614)	-	(157.614)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	6	-	-	-	6	-	6
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	59	59	-	59
Outras mutações		-	-	-	(435)	-	-	435	-	-	-	-
Destinações propostas:												
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	11.454	(11.454)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	-	206.737	(206.737)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	-	-	(10.881)	-	(10.881)	-	(10.881)
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	-	-	27.706	51	257.685	10.078	-	1.820.672	8.220	1.828.892
Mutações no período		205.910	(40.000)	-	(435)	6	60.577	7.403	59	233.520	981	234.501
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	-	-	27.706	51	257.685	10.078	-	1.820.672	8.220	1.828.892
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-	-	-	-	122.248	-	122.248	1.499	123.747
Aumento de capital		217.618	(217.618)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a realizar		-	-	(217.618)	-	-	-	-	-	(217.618)	-	(217.618)
Integralização de capital		-	217.618	217.618	-	-	-	-	-	435.236	-	435.236
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(206.737)	-	-	(206.737)	-	(206.737)
Outras mutações		-	-	-	(435)	-	-	435	-	-	-	-
Destinações propostas:												
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	6.398	(6.398)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	-	115.485	(115.485)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	-	-	(6.078)	-	(6.078)	-	(6.078)
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	27.271	51	172.831	4.801	-	1.947.724	9.708	1.957.432
Mutações no período		217.618	-	-	(435)	-	(84.854)	(5.277)	-	127.052	1.488	128.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		259.139	472.061
Lucro líquido antes dos tributos		185.946	432.267
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		71.731	12.991
Juros e variações monetárias e cambiais		(230)	(517)
Participação nos lucros		14.272	11.137
Depreciações e amortizações		13.437	12.889
Resultado de participações em controladas		(24.057)	(9.565)
Juros pela venda do imobilizado		1	158
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		2.626	10.823
Outros ajustes		(4.587)	1.879
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos ativos operacionais		(8.275.374)	(3.283.113)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		(29.912)	(1.242)
Decréscimo (aumento) em títulos e valores mobiliários		(6.280)	1.088
(Aumento) decréscimo em cotas de fundos de investimento		(23.632)	(2.330)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(8.350.662)	(2.604.784)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(5.783.966)	(167.346)
Decréscimo (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		708.886	357.516
(Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes		(3.275.583)	(2.794.954)
Demais ativos		105.200	(677.087)
Variação nos depósitos compulsórios no Bacen		(238.402)	183.374
(Aumento) de outros ativos		450.825	(742.823)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(107.222)	(117.638)
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos passivos operacionais		3.508.174	6.106.404
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.974.030	5.008.809
Aumento de depósitos		2.132.764	4.727.104
Aumento das obrigações por operações compromissadas		649.988	626.603
(Decréscimo) aumento das letras de crédito do agronegócio		(108.885)	(117.229)
(Decréscimo) aumento das obrigações por empréstimos e repasses		300.077	(227.669)
Instrumentos financeiros derivativos		86	-
Demais passivos		534.144	1.097.595
Aumento em outros passivos		533.453	1.088.505
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		691	9.090
Caixa líquido originado nas atividades operacionais		(4.508.061)	3.295.352
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de coligadas		8.000	-
Aquisição de outros investimentos		(6.724)	(947)
Aquisição de imobilizado		(7.586)	(5.187)
Aquisição de intangível		(2.424)	(2.472)
Alienação de imobilizado de uso		70	302
Alienação de intangível		-	2
Caixa líquido originado nas atividades de investimentos		(8.664)	(8.302)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aquisição de ações própria emissão		-	65
Aumento de capital social		217.618	165.910
Pagamento de dividendos		(217.426)	(165.527)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos		192	448
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.516.533)	3.287.498
(Redução) Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		(4.516.533)	3.287.498
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	15.599.281	12.311.783
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	11.082.748	15.599.281

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 - Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco"), companhia de capital fechado, localizado em Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

A Diretoria Colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que as aprovou em reunião realizada em 12 de março de 2020.

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

b. Adoção de novas normas e interpretações

O Bancoob adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 - Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: **(a)** reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; **(b)** reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e **(c)** reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os contratos de aluguéis e direitos de uso firmados pelo Bancoob e pelas empresas controladas Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Bancoob DTVM; Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda. foram avaliados para fins de atendimento aos requisitos da norma. Não houve impacto da adoção da IFRS 16 – Arrendamentos, no conglomerado Bancoob em razão da imaterialidade dos valores envolvidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

• **IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de imposto sobre a renda:** A interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos de tributos sobre lucros (no caso do Brasil, principalmente imposto de renda e contribuição social), diferidos e correntes, nos casos em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto (posições fiscais que ainda não foram aceitas pela autoridade tributária). A norma teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Os principais itens determinam que:

- (i) Seja definida a unidade de contabilização apropriada, avaliando se o tratamento tributário incerto deve ser considerado separadamente ou em conjunto como um grupo, dependendo de qual abordagem oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza;
- (ii) A entidade deve assumir que uma autoridade tributária irá examinar os tratamentos tributários incertos e ter conhecimento total de todas as informações relacionadas;
- (iii) A entidade deve refletir o efeito da incerteza na contabilização do tributo sobre o lucro quando não for provável que as autoridades tributárias irão aceitar o tratamento;
- (iv) O impacto da incerteza deve ser mensurado utilizando o método do valor mais provável ou do valor esperado, dependendo de qual método oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza; e
- (v) Os julgamentos e as estimativas devem ser reavaliados sempre que as circunstâncias mudarem ou houver novas informações que afetem os julgamentos.

Não houve impacto da adoção da IFRIC 23 no conglomerado Bancoob em razão de que os tributos já estão alinhados com a autoridade fiscal.

c. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

• **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

• **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- (i) **Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- (ii) **Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- (iii) **Variable Fee Approach:** abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- (i) **Fluxos de caixa futuros esperados:** estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- (ii) **Ajuste ao risco:** estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- (iii) **Margem contratual:** diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- (iv) **Desconto:** fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma em razão das operações mantidas pela Bancoob PAR, controlada do banco.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 11 (f).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Bancoob. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta"), Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bancoob DTVM"), Cabal Brasil Ltda. ("Cabal") e Bancoob PAR Seguridade S.A. ("Bancoob PAR"), controladas do Bancoob estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019.

Foram considerados ainda, os fundos de investimento Sicoob Previdenciário, Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário, Sicoob Multimercado - Fundo de Investimento e o Sicoob Ações - Fundo de Investimento no processo de consolidação, em razão de haver retenção substancial de riscos e benefícios pelo Bancoob.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

a.1. Empresas controladas

Componentes	Bancoob DTVM	Bancoob DTVM	Consórcio Ponta	Consórcio Ponta	Cabal Brasil Ltda.	Cabal Brasil Ltda.	Bancoob PAR	Bancoob PAR
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	8.049	3.904	16.310	17.211	89.650	72.849	529	7
Ativo não circulante	2.371	5.192	77.167	66.115	91.098	80.753	50.596	35.011
Total do ativo	10.420	9.096	93.477	83.326	180.748	153.602	51.125	35.018
Passivo circulante	4.341	3.940	28.789	26.765	132.239	112.532	5.748	2.295
Passivo não circulante	-	-	105	109	-	-	-	-
Total do passivo	4.341	3.940	28.894	26.874	132.239	112.532	5.748	2.295
Patrimônio líquido	6.079	5.156	64.583	56.452	48.509	41.070	45.377	32.723
Receitas	13.074	10.804	177.811	127.241	99.323	72.546	24.155	9.595
Resultado de operações em continuidade	3.657	2.752	8.131	21.098	7.439	4.896	24.121	9.570
Caixa e equivalentes de caixa	3	19	12	43	970	15.265	1	1
Participação de controladores	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	80,00%	80,00%	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

a.2. Fundos de investimento

Componentes	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob	Sicoob
	Previdenciário FI RF	Previdenciário FI RF	Agências FI	Agências FI	Multimercado	Multimercado	Multimercado	Ações	Ações
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018 (a)	31/12/2019	31/12/2018 (a)	31/12/2018 (a)
Ativo circulante	25.316	19.916	200	203	1.837	-	3.593	-	-
Ativo não circulante	-	-	32.864	26.909	-	-	-	-	-
Total do ativo	25.316	19.916	33.064	27.112	1.837	-	3.593	-	-
Passivo circulante	7	8	199	202	5	-	35	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	7	8	199	202	5	-	35	-	-
Patrimônio líquido	25.309	19.908	32.865	26.910	1.832	-	3.558	-	-
Receitas	10.446	8.531	3045	2.348	802	-	1.536	-	-
Resultado de operações em continuidade	4.563	2.444	2.708	2.048	35	-	427	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	9	-	-	1	-	26	-	-

(a) Os fundos iniciaram suas operações em 09/05/2019.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Bancoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Bancoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Bancoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Bancoob.

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Bancoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Bancoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Bancoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Bancoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Bancoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Bancoob realizou julgamento e considerou fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Bancoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários, de empréstimos e recebíveis e de adquirência, foram classificadas preponderantemente na categoria ao “custo amortizado”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais relativos apenas a pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Na adoção inicial, o Bancoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Bancoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Bancoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar as características do fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Como resultado do teste de "SPPJ", não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018, o Bancoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(b).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Bancoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Bancoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Bancoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Bancoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Bancoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Bancoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Bancoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE *Lifetime*). A política do Bancoob para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 27.

A PE de 12 meses é a parte da PE *Lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE *Lifetime* são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 27.

O Bancoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Bancoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Bancoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Bancoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- **Migração entre estágios:** a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração/melhora do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O Bancoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Bancoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento; e
- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Bancoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Bancoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Bancoob está incluída a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Bancoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Bancoob em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência. Baseado na experiência passada e nas expectativas do Bancoob, o período para o qual o Bancoob calcula PE para esses produtos é de aproximadamente 24 meses.

Para garantias financeiras prestadas, o Bancoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Bancoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

O Bancoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macro econômicas, em até 12 meses para trás (*lags*) e até 12 meses para frente (*leads*), na visão *safr* e *data base* e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Bancoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*Low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Bancoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Bancoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Bancoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada. As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 16.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 17.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados (<i>hardware</i>) e transporte	20%

O Bancoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Bancoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Bancoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio alocado em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos *PPAs – Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Consórcio Ponta e de participação na Cabal Brasil. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 18.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados (software)	5 anos	20%

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 20.

l. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

m. Benefícios a empregados - Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2019, o plano dos funcionários do Bancoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 1.073 participantes ativos (2018 – 997), cuja contribuição totalizou R\$ 5.252 (2018 – R\$ 4.383), registrada na rubrica “Despesas com Pessoal”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

n. Participação nos lucros e resultados

O Bancoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 22.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 22.

O Bancoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Bancoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes, demonstrados conforme Nota 15.

O crédito tributário de imposto de renda foi calculado com base na mesma alíquota descrita acima e o crédito tributário de contribuição social foi calculado à alíquota de 15%, considerando o disposto na Lei nº 13.169/15. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3059/02.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Bancoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 23(d)).

Nota 5 - Receitas líquidas com juros

Receitas e despesas com juros	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Empréstimos e recebíveis de clientes		1.053.068	877.519
Aplicações em operações compromissadas		887.027	950.326
Aplicações interfinanceiras de liquidez		64.477	91.856
Letras financeiras do Tesouro		689.242	625.032
Letras financeiras		116.594	145.554
Depósitos compulsórios no Banco Central		47.405	41.691
Outros		28.566	1.484
Total		2.886.379	2.733.462
Despesas com juros			
Depósitos de poupança		(230.793)	(197.605)
Depósitos interfinanceiros		(1.743.160)	(1.747.722)
Depósitos a prazo		(28.532)	(25.098)
Obrigações por operações compromissadas		(184.751)	(191.435)
Obrigações por empréstimos e repasses		(114.026)	(101.067)
Letras de crédito do agronegócio		(11.491)	(12.627)
Outras despesas de juros		(28.820)	(999)
Total		(2.341.573)	(2.276.553)
Receita líquida com juros		544.806	456.909

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões

Receitas e despesas de tarifas e comissões	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de tarifas e comissões			
Convênio Sicoob	(a)	13.349	9.401
Rendas de serviços bancários		27.866	33.371
Rendas de serviços prestados de fundos		2.356	1.995
Rendas de administração de fundos		12.455	10.509
Rendas de administração de consórcios	(b)	165.557	118.876
Rendas de serviços com cartão de crédito	(c)	509.632	520.457
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		366.218	363.201
Rendas de recebimento de concessionárias	(d)	71.450	56.909
Rendas de tarifas bancárias		61	74
Rendas com serviços de adquirência		2.763	3.327
Outras receitas		100.510	73.127
Total		1.272.217	1.191.247
Despesas de tarifas e comissões			
Prestação de serviços	(e)	(154.211)	(124.995)
Descontos concedidos		-	(625)
Outras despesas		(5)	(6)
Total		(154.216)	(125.626)
Receitas líquidas de tarifas e comissões		1.118.001	1.065.621

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquetos de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, dentre outras.

(b) Refere-se às rendas de administração de consórcios.

(c) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(d) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

(e) Refere-se preponderantemente às despesas com tarifas de arrecadação.

Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas		9.573	6.273
Receitas de cartões de crédito		67.737	68.170
Adquirência	(a)	266.603	232.205
Outras		8.923	15.253
Total		352.836	322.901
Outras despesas operacionais			
Despesas com administração de cartões de crédito		(508.827)	(468.828)
Comissões		(147.613)	(32.795)
Adquirência		(374.393)	(267.259)
Outras		(86.298)	(48.221)
Total		(1.117.131)	(817.103)
Outras receitas (despesas) operacionais		(764.295)	(494.202)

(a) Refere-se, principalmente, a comissões repassadas para as cooperativas de crédito relativo ao credenciamento de novos estabelecimentos

Nota 8 - Despesas com pessoal

Despesas	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Honorários pagos a diretores e conselheiros		13.415	12.522
Proventos	(a)	98.042	83.739
Encargos sociais	(b)	42.188	36.007
Benefícios	(c)	37.935	29.718
Treinamentos		5.120	3.626
Remuneração a estagiários		1.610	1.592
Participação dos empregados nos lucros		14.272	11.137
Total		212.582	178.341

(a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a empregados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 9 - Outras despesas administrativas

Despesas	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	682	1.200
Comunicação	39.459	30.630
Material	1.560	2.008
Processamento de dados	52.523	67.215
Propaganda e publicidade	71.419	45.803
Serviços do sistema financeiro	37.974	28.331
Serviços de terceiros	42.607	36.548
Serviços técnicos especializados	15.115	12.706
Viagens	5.596	4.877
Outras despesas administrativas	19.581	17.017
Total	286.516	246.335

Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades		17.391	8.436
Disponibilidades e reservas no Banco Central		17.391	8.436
Equivalentes de caixa		11.065.357	15.590.845
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	11.065.357	15.590.845
Total		11.082.748	15.599.281

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central

Componentes	31/12/2019	31/12/2018
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.597	3.418
BACEN - Recolhimentos obrigatórios	1.276.261	1.040.037
Total	1.281.858	1.043.455

Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

Grupos de empréstimos e recebíveis	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Repasses interfinanceiros		8.944.055	7.885.596
Repasse interfinanceiros		8.944.055	7.885.596
Operações de crédito		5.285.467	4.177.327
Empréstimos e títulos descontados		1.902.265	1.351.627
Financiamentos		881.817	722.551
Financiamentos rurais e agroindustriais		2.428.767	2.078.055
Financiamentos imobiliários		72.618	25.094
Outros recebíveis		4.357.757	3.308.985
Cartão de crédito e outros créditos		4.357.757	3.308.985
Subtotal		18.587.279	15.371.908
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	(a)	(149.591)	(89.380)
Total		18.437.688	15.282.528

(a) Inclui a provisão para perdas esperadas de crédito com limites de crédito concedidos e não utilizados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

Setores de atividade	Vencidas	A vencer						2019	2018
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Repasses interfinanceiros e financiamentos rurais	-	107.553	327.492	757.301	579.821	639.084	485	2.411.736	9.963.651
Intermediários	-	1.056.960	5.167.251	2.169.619	418.465	148.792	-	8.961.087	355.715
Pessoas físicas	31.985	364.548	1.279.124	531.863	249.194	95.044	27.39	2.579.148	3.609.554
Outros serviços	13.843	656.163	3.195.860	502.822	235.163	30.971	486	4.635.308	1.417.894
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	25.094
Total	45.828	2.185.224	9.969.727	3.961.605	1.482.643	913.891	28.36	18.587.279	15.371.908

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasses interfinanceiros

Segmentação	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	2.964.826	33,09	2.977.650	39,50
50 maiores seguintes	3.808.981	42,50	3.115.594	37,48
100 devedores seguinte	2.046.135	22,83	1.667.744	21,16
Demais	124.113	1,58	124.608	1,86
Total	8.944.055	100,00	7.885.596	100,00

c.2. Operações de crédito

Segmentação	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	492.301	5,55	231.992	1,58
50 maiores seguintes	319.318	4,73	197.718	2,29
100 devedores seguinte	220.063	4,27	178.270	2,48
Demais	4.253.785	85,45	3.569.347	93,65
Total	5.285.467	100,00	4.177.327	100,00

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

Modalidade	2019		2018	
	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia
Empréstimos e títulos descontados	1.499.862	944.749	1.351.627	472.695
Financiamentos	803.592	1.392.871	722.551	1.131.316
Repasse interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais	11.372.759	21.901.395	9.963.651	19.728.177
Financiamentos imobiliários	72.618	141.172	25.094	48.499
Cartão de crédito e outros créditos	4.357.757	-	3.308.985	-
Total	18.106.588	24.380.189	15.371.908	21.380.687

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Prazos de vencimento					2019	2019	2019	2018	2018	2018
	Sem vencimento	1 mês a 3 meses	3 meses a 6 meses	6 meses a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado
Títulos e valores mobiliários	7.196	2.392.163	-	3.805.267	11.766.763	17.970.254	17.971.389	1.135	12.179.789	12.182.055	2.266
I - Carteira própria	7.196	1.760.137	-	1.123.257	4.111.757	7.001.970	7.002.347	377	7.714.111	7.716.408	2.297
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	1.250	1.250	1.250	-	1.183	1.183	-
Letras Financeiras do Tesouro	6.365	1.665.179	-	1.067.682	3.095.037	5.834.000	5.834.263	263	5.801.706	5.802.151	445
Letras Financeiras - LF	831	94.958	-	55.575	1.015.470	1.166.720	1.166.834	114	1.911.222	1.913.074	1.852
II - Carteira vinculada a recompra	-	-	-	907.356	3.045.184	3.952.246	3.952.540	294	719.129	718.950	(179)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	907.356	3.045.184	3.952.246	3.952.540	294	719.129	718.950	(179)
III - Vinculados a prestação de garantias	-	632.026	-	1.774.654	4.609.822	7.016.038	7.016.502	464	3.746.549	3.746.697	148
Letras Financeiras do Tesouro	-	632.026	-	1.774.654	4.421.231	6.827.399	6.827.911	512	3.555.165	3.554.922	(243)
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	188.591	188.639	188.591	(48)	191.384	191.775	391
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	33.505	125.291	595.237	-	754.033	754.033	-	1.462.919	1.462.919	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	33.505	125.291	595.237	-	754.033	754.033	-	1.462.919	1.462.919	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados	-	-	-	-	-	(9.586)	(9.586)	-	(5.093)	(5.093)	-
Total líquido	7.196	2.425.668	125.291	4.400.504	11.766.763	18.714.701	18.715.836	1.135	13.637.615	13.639.881	2.266

Em 31 de dezembro de 2019, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 7.016.502 (2018 - R\$ 3.746.549), sendo principalmente:

- R\$ 4.132.923 (2018 – R\$ 1.713.715) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 2.826.956 (2018 – R\$ 2.004.288) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliário e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e recebíveis de clientes	18.010.830	14.986.558
Repasse interfinanceiros	8.961.086	7.885.597
Empréstimos e títulos descontados	1.713.434	1.292.731
Financiamentos	784.759	673.774
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.297.111	1.909.777
Financiamentos imobiliários	70.680	25.094
Cartão de crédito e outros créditos	4.183.760	3.199.585
Títulos e valores mobiliários	18.717.090	12.179.789
Títulos públicos	16.607.280	10.076.000
Títulos privados	2.109.810	2.103.789
Outros recebíveis	3.474.368	3.626.982
Adquirência	3.474.368	3.626.982
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1	40.202.288	30.793.329

e.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e títulos descontados	165.274	46.286
Financiamentos	68.534	32.589
Financiamentos rurais e agroindustriais	108.099	168.139
Financiamentos imobiliários	1.938	-
Cartão de crédito e outros créditos	155.728	98.546
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2	499.573	345.560

e.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e títulos descontados	23.557	12.610
Financiamentos	28.524	16.188
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.526	138
Cartão de crédito e outros créditos	18.269	10.853
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3	76.876	39.790

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2019 Total	31/12/2018 Total
Migração de estágios					
Saldos em 1º de janeiro de 2019	14.986.558	345.560	39.790	15.371.908	12.549.820
Transferidos para o Estágio 1	-	(197.852)	(2.313)	(200.165)	(22.472)
Transferidos para o Estágio 2	(287.533)	-	(2.912)	(290.445)	(165.821)
Transferidos para o Estágio 3	(34.954)	(4.178)	-	(39.132)	(19.288)
Oriundos do Estágio 1	-	290.574	34.954	325.528	181.919
Oriundos do Estágio 2	197.804	-	4.178	201.982	22.895
Oriundos do Estágio 3	2.314	2.912	-	5.226	2.767
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	3.146.641	62.557	3.179	3.212.377	2.822.088
Total movimentado no exercício	3.024.272	154.013	37.086	3.215.371	2.822.088
Total geral	18.010.830	499.573	76.876	18.587.279	15.371.908
Sem migração de estágio	8.501.272	87.162	19.142	8.607.576	6.146.625

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

f.2. Títulos e valores mobiliários e adquirência

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de adquirência não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e recebíveis de clientes		18.202.969	-	-	14.901.537	-
Títulos públicos	16.614.714	-	-	10.076.023	-	-
Títulos privados		1.356.675	-	-	2.104.849	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		754.033	-	-	1.462.919	-
Total	16.614.714	20.313.677	-	10.076.023	18.469.305	-

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados no exercício de 2019 totalizaram R\$ 20,7 (2018 - R\$27,9) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem a contratos renegociados por inadimplência.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2019 totalizou R\$ 5.479 (2018 - R\$ 4.041).

Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas esperadas de crédito". A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2019			31/12/2018	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
I - Empréstimos e recebíveis de clientes	106.750	8.670	32.086	147.506	87.806
Repasse interfinanceiros	71.114	-	-	71.114	24.170
Empréstimos e títulos descontados	22.857	5.294	19.798	47.949	22.790
Financiamentos	7.157	2.138	11.509	20.804	12.797
Financiamentos rurais e agroindustriais	430	255	157	842	1.347
Financiamentos imobiliários	307	75	-	382	92
Cartão de crédito e outros créditos	4.885	908	622	6.415	26.610
II - Títulos e valores mobiliários	9.586	-	-	9.586	5.093
Títulos públicos	4.982	-	-	4.982	3.021
Títulos privados	4.604	-	-	4.604	2.072
III - Outros ativos	5.649	-	-	5.649	1.732
Adquirência	5.649	-	-	5.649	1.732
Total geral	121.985	8.670	32.086	162.741	94.631

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para perdas esperadas de crédito", dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 11 (a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Migração de estágios	31/12/2019			31/12/2018	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	70.451	2.369	14.986	87.806	79.643
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.227)	(250)	(1.477)	(103)
Transferidos para o Estágio 2	(1.465)	-	(325)	(1.790)	(1.560)
Transferidos para o Estágio 3	(313)	(71)	-	(384)	(8.815)
Oriundos do Estágio 1	-	1.463	313	1.776	9.006
Oriundos do Estágio 2	1.226	-	71	1.297	1.435
Oriundos do Estágio 3	251	325	-	576	37
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	36.600	5.811	17.291	59.702	8.163
Total com movimento no resultado	36.299	6.301	17.100	59.700	8.163
Total	106.750	8.670	32.086	147.506	87.806
Sem migração de estágio	44.964	453	4.324	49.741	44.894

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

Migração de estágios				31/12/2019	31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.431	95	48	1.574	916
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	(69)	(7)	(76)	(6)
Transferidos para o Estágio 2	(46)	-	(6)	(52)	(58)
Transferidos para o Estágio 3	(6)	(1)	-	(7)	(18)
Oriundos do Estágio 1	-	46	6	52	72
Oriundos do Estágio 2	69	-	1	69	8
Oriundos do Estágio 3	7	6	-	13	2
Ativos originados	280	125	108	513	658
Total com movimento no resultado	304	107	102	513	658
Total	1.735	202	150	2.087	1.574
Sem migração de estágio	1.296	15	23	1.335	1.107

Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Prazo de vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Até 3 meses	24.583	19.710
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	22.460	9.158
Outros	Sem vencimento	9.747	17
Total		56.790	28.885

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 56.790 (2018 – R\$ 28.885) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

As rendas dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) totalizaram em 2019, R\$ 1.981 (2018 – R\$ 2.510).

b. Segregação por hierarquia de valor justo

	31/12/2019		31/12/2018	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.583	-	19.710	-
Cotas de fundos de investimento	-	22.460	-	9.158
Outros	-	9.747	-	17
Total	24.583	32.207	19.710	9.175

Nota 15 - Outros ativos

Ativos	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a receber de serviços prestados	21.219	31.589
Adiantamentos e antecipações salariais	4.978	4.750
Adiantamento por conta de imobilizações	1.178	753
Depósitos em garantias	13.507	2.857
Tributos a compensar	115.180	126.980
Pagamentos a ressarcir	111.714	81.739
Valores a receber de transações de pagamentos	3.478.821	3.626.982
Títulos e créditos a receber	23.500	4.970
Valores a receber	7.613	155.687
Outros	78.817	126.960
Subtotal	3.856.527	4.163.267
(-) Perdas de crédito esperadas em aquisição	(5.649)	(1.732)
Total	3.850.878	4.161.535

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição

Itens	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social (a)	Imposto de renda	Contribuição social (a)
Perdas esperadas em ativos financeiros	164.827	164.827	96.206	96.206
Taxa efetiva de juros	22.847	22.847	15.340	15.340
Passivos cíveis e trabalhistas	13.815	13.815	13.154	13.154
Participação nos resultados	13.008	13.008	11.143	11.143
Comissão programa de aceleração SIPAG	2.759	2.759	2.248	2.248
FGTS 50% - diretoria	1.967	1.967	1.650	1.650
Provisões campanha nacional de vendas	20.943	20.943	16.184	16.184
Bonificação cartão	127.791	127.791	104.573	104.573
Honorários advocatícios	1.518	1.518	1.518	1.518
Outras provisões	66.617	66.617	13.385	13.385
Montante	436.092	436.092	275.401	275.401
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	109.024	65.414	68.850	41.343

(a) crédito tributário da Contribuição Social foi constituído sobre as diferenças temporárias com base na alíquota de 20%, até dezembro de 2018, e 15% a partir de janeiro de 2019, conforme Lei 13.169/15.

b. Movimentação

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2017				
Crédito tributário (ativo)	68.850	41.343	32.178	25.742
Imposto diferido (passivo)	17.152	11.385	19.013	12.568
	86.002	52.728	51.191	38.310
Ajuste em resultado	39.632	23.963	11.864	5.833
Créditos tributários constituídos	360.483	216.473	19.199	24.108
Créditos tributários baixados	(320.668)	(192.401)	(5.473)	(17.093)
Movimentação passivo diferido	(183)	(109)	(1.862)	(1.182)
Movimentação	39.632	23.963	11.864	5.833
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Crédito tributário (ativo)	109.024	65.414	68.850	41.343
Imposto diferido (passivo)	16.970	11.277	17.152	11.385
	125.994	76.691	86.002	52.728

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal
2020	150.620
2021	9.242
2022	9.864
2023	854
2024	1.002
2025 a 2029	2.856
Total de créditos tributários	174.438

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	185.946	185.946	432.267	432.267
Resultado de participações em controladas	(24.057)	(24.057)	(9.564)	(9.564)
Participação nos lucros e resultados	(14.272)	(14.272)	(11.137)	(11.137)
Base de cálculo	147.617	147.617	411.565	411.565
Alíquota de tributação	25%	20%/9%	25%	20%/9%
	36.904	25.144	102.891	82.314
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.128	9.481	(5.115)	(4.092)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	175	105	2.420	1.935
Demais provisões	21.636	12.860	9.833	8.130
	43.939	22.446	7.138	5.973
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	1.931	1.148	11.907	6.146
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	(1)	-	(1)	(1)
PAT	(1.989)	-	(887)	-
Patrocínio - Rouanet	(1.778)	-	(1.881)	-
Patrocínio - Lei do Esporte	(465)	-	(462)	-
Prorrogação licença maternidade	(200)	-	(185)	-
Prorrogação licença paternidade	(58)	-	(66)	-
	(4.491)	-	(3.482)	(1)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	78.283	48.738	118.454	94.432
Imposto de renda e contribuição social a pagar - exercícios anteriores	9	-	41	7
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	78.292	48.738	118.495	94.439

Nota 17 - Investimentos

Empresas	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
		Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência
Sicoob Seguradora	(a)	50.435	24.057	34.378	9.565
Outros investimentos	(b)	32.864	-	26.909	-
Outros		183	-	-	-
Total		83.482	24.057	61.287	9.565

(a) Investimento mantido pela Bancoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 18 - Imobilizado

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.443	103.661	5.347	24.236	468	145.154
Aquisição	-	-	2.108	3.916	256	6.279
Alienação	-	-	(273)	(27)	-	(300)
Depreciação	-	(3.449)	(1.148)	(6.175)	(123)	(10.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Custo total	11.443	113.865	12.413	39.427	1.050	178.198
Depreciação acumulada	-	(13.653)	(6.379)	(17.478)	(449)	(37.959)
Valor residual	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.443	100.212	6.034	21.949	601	140.239
Aquisição	-	1.981	16.231	1.828	289	20.329
Alienação	-	-	(53)	-	(17)	(70)
Depreciação	-	(3.161)	(6.598)	(13.079)	(228)	(23.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.443	99.032	15.614	10.698	645	137.432
Custo total	11.443	116.979	31.677	23.452	1.194	184.747
Depreciação acumulada	-	(17.947)	(16.063)	(12.754)	(549)	(47.313)
Valor residual	11.443	99.032	15.614	10.698	645	137.432
Total	11.443	99.032	15.614	10.698	645	137.432
Taxas anuais de depreciação %	-	1,67%	10%	20%	10%	

Nota 19 - Intangível

a. Softwares

Movimentação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.912
Aquisição	2.472
Alienação	-
Amortização	(3.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.296
Custo total	24.517
Amortização acumulada	(15.221)
Valor residual	9.296
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.296
Aquisição	2.425
Alienação	(2)
Amortização	(3.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.643
Custo total	26.936
Amortização acumulada	(18.293)
Valor residual	8.643
Taxas anuais de amortização %	20%

b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o "Consórcio Ponta" e a "Cabal Brasil Ltda." foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2019, no valor de R\$ 3.090 (2018 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do "Consórcio Ponta" e de R\$ 21.346 (2018 – R\$ 21.346), relativo à aquisição do controle da Cabal Brasil Ltda. ocorrida em 2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

Depósitos	Prazo de vencimento						31/12/2019	31/12/2018
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
À vista	51.349	-	-	-	-	-	51.349	42.597
De poupança	6.507.726	-	-	-	-	-	6.507.726	5.239.265
Interfinanceiros	-	3.556.572	3.125.782	1.803.143	15.219.679	2.363.034	26.068.210	27.027.932
Interfinanceiros rurais	-	-	85.193	600.102	3.648.849	271.771	4.605.915	2.846.244
A prazo	-	64.446	5.679	38.403	11.450	383.825	503.803	448.201
Total	6.559.075	3.621.018	3.216.654	2.441.648	18.879.978	3.018.630	37.737.003	35.604.239

b. Obrigações por operações compromissadas

Carteiras	Prazo de vencimento					31/12/2019	31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Própria	1.888.600	2.049.895	-	-	-	3.938.495	717.555
De terceiros	-	-	-	-	-	-	2.570.952
Total	1.888.600	2.049.895	-	-	-	3.938.495	3.288.507
Circulante						3.938.495	3.288.507
Não circulante						-	-

c. Letras de crédito do agronegócio - LCAs

	Prazo de vencimento					31/12/2019	31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Letras de crédito do agronegócio	22.622	24.307	16.573	16.246	31.891	111.639	220.524
Total	22.622	24.307	16.573	16.246	31.891	111.639	220.524

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

Repasses	Nota	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2019	31/12/2018
BNDES		92.034	246.648	571.814	434.718	577.792	2.656	1.925.662	1.667.867
Banco do Brasil/FCO		1.583	8.464	13.149	3.215	591	-	27.002	42.428
FINAME		45.097	151.365	322.839	200.130	91.177	499	811.107	754.907
Funcafé		195.651	76.998	53.359	-	-	-	326.008	324.500
Total		334.365	483.475	961.161	638.063	669.560	3.155	3.089.779	2.789.702

e. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos	37.711.089	37.882.224	35.659.399	35.604.239
Obrigações por operações compromissadas	3.940.596	3.940.599	3.288.692	3.288.507
Letras de crédito do agronegócio	111.337	111.639	219.855	220.524
Obrigações por empréstimos e repasses	3.089.779	3.089.779	2.789.702	2.789.702
Total	44.852.801	45.024.241	41.957.648	41.902.972

Nota 21 - Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Recursos em trânsito de terceiros		21.560	14.504
Adquirência	(a)	6.007.963	5.393.207
Valores a pagar de despesas administrativas		392.171	276.446
Obrigações de cartão de crédito	(b)	234.658	179.000
Valores a pagar Del Credere	(c)	31.100	27.883
Obrigações com convênios oficiais - INSS		30.395	31.574
Valores a pagar arrecadação		10.389	8.691
Sociais e estatutárias		21.478	13.348
Impostos e contribuições sobre salários		4.931	4.658
Obrigações por recursos de consorciados	(d)	9.595	7.731
Valores a pagar outros cotistas de fundos		9.169	5.492
Outras		71.131	154.177
Total		6.844.540	6.116.711

(a) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos - adquirência.

(b) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

(c) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

Nota 22 - Garantias financeiras prestadas

O Bancoob concede garantias às cooperativas integrantes do Sicoob. Estas garantias podem ser concedidas na forma de avais e fianças e somavam em 31 de dezembro de 2019, R\$ 17.501 (2018 – R\$ 20.597). Em 2019 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 46 (2017 - R\$ 148).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

Causas	31/12/2019		31/12/2018	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	3.507	-	1.294	1
Trabalhistas	1.036	2.734	846	2.469
Cíveis	8.871	11.360	803	10.934
Total	13.414	14.094	2.943	13.404

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2019			31/12/2018	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	2	2.468	10.933	13.403	4.254
Constituições no exercício	(2)	1.065	1.730	2.793	10.984
Utilizações no exercício	-	(490)	(863)	(1.353)	(923)
Reversões no exercício	-	(310)	(439)	(749)	(911)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	2.733	11.361	14.094	13.404

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

i. **Fiscais** - referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.

ii. **Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

iii. Cíveis - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: **(i)** ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; **(ii)** ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; **(iii)** ações de natureza trabalhista; **(iv)** ações administrativas, fiscais e previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); **(v)** ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Bancoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Bancoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Nota 24 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 943.870.276 (2018 – 829.448.865) ações, sendo 474.525.166 ações ordinárias (2018 – 417.000.482) e 469.345.110 ações preferenciais (2018 – 412.448.383), todas sem valor nominal. Em 2018, houve integralização de capital no valor de R\$ 217.618 (2017 – R\$ 165.910).

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações possuem, conforme previsão estatutária: i) prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, correspondente à sua participação no rateio do dividendo obrigatório; ii) direito de participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de garantida a tais ações, participação idêntica à que se refere o inciso i, nas distribuições de lucros sociais, sob a forma de dividendos, bonificações ou a qualquer título; iii) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado; iv) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Bancoob, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social; e v) no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º, do Artigo 26 do Estatuto.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2018 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva legal. Foram destinados R\$ 6.398 (R\$ 11.454 em 2018).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 115.485 (R\$ 206.737 em 2018), a ser destinada na próxima assembleia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurados sobre o lucro líquido de acordo com o Cosif. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 6.078, equivalentes a R\$ 6,43 por lote de mil ações (2018 - R\$ 10.881, equivalentes a R\$ 13,12 por lote de mil ações).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado. Em 2019, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de R\$ 27.271 (2018 - R\$ 27.707).

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas minoritários nas empresas Bancoob Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. ("Bancoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta") e Cabal Brasil Ltda. Em 2019, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 9.708 (2018 - R\$ 8.220).

Nota 25 - Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		9.586.724	8.117.157
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		9.530.392	8.084.021
Valores a receber		4.337	3.674
Despesas antecipadas - Comissão	(a)	51.995	29.462
Passivo		30.326.834	29.975.715
Depósitos		26.164.436	27.025.113
Operações compromissadas		3.155.650	1.889.918
Valores a pagar		1.006.748	1.060.684
Receitas		977.579	743.901
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		664.463	531.454
Outras receitas		313.116	212.447
Despesas		2.444.154	2.207.798
Captação		1.758.149	1.736.664
Outras despesas		686.005	471.134

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

b. Empresas controladas pelo Bancoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Bancoob:

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo	27	23	-	-	107	109	111	90
Valores a receber	27	23	-	-	107	109	111	90
Passivo	2.164	5.004	558	507	77.015	64.959	74.826	104
Depósitos à vista	3	19	1	1	964	15.030	10	41
Depósitos a prazo	2.161	4.985	557	506	66.682	40.677	74.816	63
Valores a pagar	-	-	-	-	9.369	9.252	-	-
Despesas	193	148	173	30	80.163	57.369	4.384	3.407
Despesas de captação	193	148	173	30	3.113	2.174	4.384	3.407
Despesas administrativas	-	-	-	-	77.050	55.195	-	-
Receitas	-	-	-	-	14	23	1.114	842
Receitas diversas	-	-	-	-	14	23	1.114	842

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2019	31/12/2018
Honorários	10.272	9.690
Encargos	3.579	3.577
Benefícios	2.468	2.440
Total	16.319	15.707

Nota 26 - Outras informações

a. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Bancoob e a Bancoob DTVM oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2019, foram provisionados os valores de R\$ 14.272 (2018 – R\$ 11.137) apresentados no grupo "Despesas com pessoal", conforme Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Nota 27 - Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bancoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- b) Não Financeiros:** risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Bancoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Bancoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) 3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Bancoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Para dar suporte a essa estrutura, o Bancoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Bancoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Bancoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a.** validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b.** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c.** procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k. modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

i. Definição de ativo problemático e cura

O Bancoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD)

O Bancoob possui modelo de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default - LGD*)

O Bancoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Bancoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE *Lifetime*, o Bancoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Bancoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

iii.5. Foward Looking (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos *Forward Looking* por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

a.2.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.2.1.1.** valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
- a.2.1.2.** descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- a.2.1.3.** limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- a.2.1.4.** realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- a.2.1.5.** aplicação de cenários de estresse;
- a.2.1.6.** definição de planos de contingência;

a.2.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

O Bancoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*).

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil. O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (*banking*) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. São adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtest*).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

A métrica adotada para cálculo do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (*banking*) é o *Value at Risk* – VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

São realizados testes de estresse mensais, com o objetivo de aferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

a.2.5. Value at Risk - VaR (Valor em Risco)

Para o cálculo do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é utilizado o *Value at Risk* – VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado o intervalo de confiança estabelecido. O horizonte de tempo utilizado para o cálculo do VaR é de 252 dias úteis e o intervalo de confiança, 99%.

Para as exposições de risco de mercado RWAMPAD (RWAJUR1, RWAJUR2, RWAJUR3, RWAJUR4, RWACAM, RWACOM e RWAACS) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen).

Os limites para controle do risco de mercado são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR) que é calculado de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e está apresentado conforme abaixo:

Limite de Risco de Mercado % do Patrimônio de Referência (PR)	
VaR Gerencial Consolidado - Diário (carteiras <i>banking e trading</i>)	1,0
Alocação de Capital Regulamentar para Risco de Mercado (Risco <i>banking</i> + Risco <i>trading</i>)	10,0

O nível médio de exposição ao risco de mercado na carteira do Bancoob em 2019 foi, em média, de 2,96% do PR.

a.2.6. VaR das Carteiras de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*)

Em 31/12/2019, o VaR diário da posição consolidada (Tesouraria e Crédito) fechou em R\$ 4.703 (2018 – R\$ 4.906), inferior ao limite de 1% do Patrimônio de Referência – PR (R\$ 19.090) (2018 – R\$ 17.753). As carteiras de Tesouraria e Crédito apresentaram o VaR diário de R\$ 537 e R\$ 4.546, respectivamente (2018 – R\$ 260 e R\$ 4.859, respectivamente).

O VaR de 252 dias úteis para a carteira *banking* formada pelas operações não classificadas em *trading*, fechou em R\$ 25.446 (2018 – R\$ 23.713). A carteira *trading*, operações com instrumentos financeiros detidas com intenção de negociação, fechou em R\$ 19.243 (2018 – R\$ 17.005). Portanto, o VaR consolidado (*banking e trading*) foi R\$ 44.690 (2018 – R\$ 40.718), abaixo do limite global para fazer frente a risco de mercado de R\$ 190.901 (10% do Patrimônio de Referência – PR) (2018 – R\$ 177.527), equivalente a 2,34% do Patrimônio de Referência – PR).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

a.2.7. VaR das Posições Ativas e Passivas por Fator de Risco (Carteiras Banking e Trading)

31.12.2019

Posição Ativa				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	3.192.807	235	200	395
COMMODITIES	8.621	357	124	0
DÓLAR	27.930	303	-76	0
EURO	363	4	-1	0
FUNDOS	3.986	27	4	452
IPCA	218.294	958	767	923
OVER	931.596	8	0	1
PRÉ	24.059.660	21.157	21.055	224
SELIC	16.604.589	761	170	755
TJLP	110.996	70	4	480
TR	548.003	2.908	2.448	1.310

Posição passiva				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	-29.882.203	1.316	135	171
COMMODITIES	-8.143	169	8	0
DÓLAR	-15.569	199	-34	0
IPCA	-181.915	745	552	773
OVER	-767.463	6	0	1
PRÉ	-7.037.621	10.741	10.517	382
SELIC	-186.663	8	2	84
TJLP	-104.811	64	4	462
TR	-6.177.851	10.063	9.840	296

31.12.2018

Posição Ativa				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	4.252.490	43	0	278
CPRF	18	0	0	0
DÓLAR	11.766	219	-66	0
FUNDOS	6.607	0	0	763
IPCA	113.278	435	340	925
OVER	1.449.998	0	0	1
PRÉ	25.050.552	19.409	19.405	178
SELIC	10.072.278	10	0	517
TJLP	185.919	142	-9	502
TR	934.567	1.691	1.667	464

Posição passiva				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	-29.460.430	154	-138	168
CPRF	-17	0	0	0
OVER	-90.881	343	236	744
IPCA	-1.340.712	0	0	1
PRÉ	-4.852.515	10.459	10.267	397
SELIC	-196.613	0	0	83
TJLP	-174.889	128	-8	482
TR	-5.033.742	7.008	6.678	277

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

a.2.8. Teste de Stress

Para complementar o sistema de mensuração de risco com base no VaR, são realizados testes de stress regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As análises de sensibilidade estão incluídas nos testes de *stress*, por meio da utilização dos cenários, divulgados pela BM&FBovespa.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de *stress* são:

- **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Análise de GAP (Carteira de Crédito Rural)** – compreende o fluxo de operações no âmbito dos Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR). A situação extrema considera a não renovação das captações (*funding*), tendo as aplicações que ser carregadas até o vencimento pelas taxas de mercado.

O indicador de Necessidade de Suporte (NS) para risco de mercado em situações de stress é calculado pela seguinte fórmula: $NS (Stress Mercado) = \text{Mínimo} (\text{Simulação Histórica}; \text{Cenários Econômicos}; \text{Análise de GAP})$.

	2019		2018	
Necessidade de Suporte (NS)				
Necessidade de Suporte (NS)	(277.061)		(148.283)	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior data	Resultados Stress	Pior data
1) Simulação Histórica	(144.883)		(130.725)	
2) Cenário BM&F de Alta 9999	(277.061)		(148.283)	
3) Cenário BM&F de Baixa 10000	347.660	20/06/2013	185.884	20/06/2013
4) GAP - Carteira Crédito Rural	(1.273)		(6.859)	

O Limite de Suporte de Stress (LSS) para risco de mercado é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio de Referência (PR). O LSS é gerencial e não implica em requerimento de capital regulamentar.

	2019		2018	
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado				
Carteiras	Limite 30% (PR)	Situação	Limite 30% (PR)	Situação
Banking e Trading	572.704	OK	532.580	OK

a.2.9. Backtesting (Teste de Aderência do Modelo)

Para avaliar a eficiência de um modelo ao prever riscos, deve ser adotado um processo de validação, o qual objetiva avaliar a adequação das estimativas de risco às premissas utilizadas.

O processo de validação é realizado por meio da aplicação de *Backtesting*, que consiste de:

- Ferramenta estatística formal;
- Apuração do nível de coerência entre as perdas estimadas pelo VaR e as perdas efetivamente verificadas no período de observação adotado (apura um erro quando a perda estimada pelo VaR for inferior a perda observada);
- Periodicidade trimestral; e
- Janela avaliada: 252 dias úteis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

Como as estimativas de VaR são realizadas com base na adoção de intervalos de probabilidade, o nível de eficácia de um modelo é apurado a partir do confronto entre o percentual de erros de estimativa verificados no *backtesting*, considerando o período histórico adotado, e o percentual de erros esperados. Quanto maior a diferença entre o percentual de erros esperado e o número de erros observados, menor a eficiência do modelo ao prever riscos.

a.3. Risco de Liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a.3.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.3.1.1.** limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.2.** fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.3.** aplicação de cenários de estresse;
- a.3.1.4.** definição de planos de contingência.

a.3.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

a.3.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

a.3.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Bancoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Bancoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Bancoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Bancoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; adquirência; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

Nota 28 – Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

a. Risco de continuidade dos negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b. avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c. definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d. continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e. transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a. monitoramento;
- b. análise e diligenciamento;
- c. comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- d. emissão de relatórios gerenciais.

c. Risco Cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Bancoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

- b. proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c. prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d. tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e. formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- f. promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g. estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente; definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

* * *

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2019

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S/A.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2019, 12 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS), avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Comitê de Riscos e os Conselhos de Administração e Fiscal, acompanhou os trabalhos realizados pelo Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, estratégia e cibernético; Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2019

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

1. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
2. No exercício de 2019 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
3. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

4. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
5. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2019.

Auditoria Interna

6. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
7. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

8. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e da demonstração da posição financeira consolidada, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
9. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 5 de março de 2020.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Marcos Vinicius Viana
Borges

Rafael Alves Horta

Parecer do conselho fiscal

31 de dezembro de 2019

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31/12/2019, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers - , declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) examinadas.

Brasília - DF, 12 de março de 2020.

Ronaldo Siqueira Santos

Conselheiro Presidente

Marcelo Martins

Conselheiro Secretário

Carlos Augusto de M. Chiaraba

Conselheiro efetivo

Gentil Luiz Marció

Conselheiro efetivo

Vanderval José Ribeiro

Conselheiro efetivo

Composição dos órgãos de administração

Conselho de Administração

Geraldo Souza Ribeiro Filho - Presidente
Hudson Tabajara Camilli – Vice-Presidente
Ismael Perina Júnior
Ivo Azevedo de Brito
José Alves Sena
Luiz Antônio Ferreira de Araujo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Rui Schneider da Silva

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Ênio Meinen - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2